

«ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 03 DE MARÇO DE 2010»

===Aos três dias do mês de Março de dois mil e dez, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre do Edifício da Junta de Freguesia de Alter do Chão, estando presentes **Joviano Martins Vitorino, Manuel António Poupas Carola, Francisco António Martins dos Reis, Francisco António Garcia Rolo e Martinho Manuel Casaca Azinheira**, sendo o primeiro **Presidente** e os restantes **Vereadores da Câmara Municipal de Alter do Chão**, comigo **Rui Manuel Pista Nunes d’Oliveira, Chefe da Divisão de Administração Geral**.

===Os trabalhos iniciaram-se com a leitura da Acta da Reunião Ordinária de dezassete de Fevereiro último, que foi **aprovada por unanimidade**, e com a tomada de conhecimento, através do Resumo Diário de Tesouraria do dia vinte e nove de Dezembro de dois mil e nove, que o saldo em dinheiro era de: Operações Orçamentais: Seiscentos e oitenta e quatro mil novecentos e trinta euros e trinta cêntimos; Operações de Tesouraria: Duzentos e cinquenta e sete mil novecentos e vinte e seis euros e cinquenta e seis cêntimos.-----

===E prosseguiram com a seguinte **Ordem do Dia**:-----

- PONTO UM: **Informações do Senhor Presidente da Câmara Municipal**;-----
- PONTO DOIS: **Informações e Pedidos de Esclarecimento dos Senhores Vereadores**;-----
- PONTO TRÊS: **Projectos de Obras**; -----
- PONTO QUATRO: **Propostas dos Membros do Executivo**; -----
- PONTO CINCO: **Deliberações Diversas**; -----
- PONTO SEIS: **Expediente**. -----

===No período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Vice-Presidente referiu ter tido conhecimento, na última Sessão da Assembleia Municipal, do pedido de renúncia de mandato do Senhor Doutor Rogério Alves, enquanto elemento do MICA naquele Órgão Deliberativo. Lamenta que estas situações ocorram, uma vez que descredibilizam a política, em particular a política local. Os factos invocados para tal, a sua vida pessoal, já os teria quando se candidatou e as solicitações seriam as mesmas. Considera que estes não são motivos suficientes para este pedido de renúncia. Referiu ainda que lamenta, pois considera que o Doutor Rogério Alves seria uma mais valia na Assembleia Municipal de Alter do Chão. O Senhor Vereador Francisco Reis referiu o seguinte: “Relativamente á renúncia do mandato de membro da Assembleia Municipal, por parte do Dr. Rogério Alves, aflorada nesta reunião pelo Sr. Vereador Carola, cabe-me, enquanto Vereador e primeiro subscritor do MICA, movimento que aqui represento no seu todo, e pelo qual fui eleito, bem como o visado, esclarecer e informar este executivo, que eu e o Dr. Rogério Alves somos os primeiros a lamentar esta decisão. As razões desta sua decisão já foram apresentadas em sede da Assembleia Municipal através da carta que dirigiu ao seu Presidente. Acrescento aqui em primeira mão, que irá ser distribuída pela população do concelho uma nota informativa, com o fim de esclarecer esta decisão agora tomada. Esta renúncia ao mandato para o qual foi eleito não é nada de novo nem nada que não tenha já acontecido no nosso concelho, por parte de outros eleitos em outros mandatos e já no presente. Mas as razões desta renúncia ao mandato são essencialmente de natureza profissional. Na impossibilidade de estar presente na maioria das reuniões, entendeu

assim renunciar ao mandato. Importa recordar apenas como exemplo que no mandato de 2002 a 2005, o então Presidente da Assembleia Municipal o Dr. António Borges, faltou a 50% ou mais das reuniões então efectuadas e a justificação então apresentada foi sempre, por motivos profissionais. O Senhor Presidente da Câmara referiu ainda que o Doutor António Borges, no último mandato, faltou muito poucas vezes, e reconhece que fazia um grande esforço para estar presente.-----

PONTO UM – INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

===**O Senhor Presidente** entregou ao Senhor Vereador Francisco Reis, os Despachos do número 17 a 20 de 2010. Entregou ainda a todos os Vereadores a Informação sobre os pagamentos efectuados no âmbito das Competências Delegadas no período de 17 de Fevereiro a 03 de Março corrente. -----

===Apresentou Informação sobre competências delegadas, no âmbito de pagamentos e recebimentos, relativos ao período de 03 de Fevereiro a 03 de Março. --- **Tomado conhecimento.**-----

===Entregou aos Senhores Vereadores um exemplar do livro Crónicas do Norte Alentejo “O Meeting – Alter do Chão 2009”, da autoria de Joaquim Margarido, solicitando o facto do livro ser um desafio à descoberta do Concelho de Alter do Chão, assim como um exemplar da Matriz Energética do Concelho de Alter do Chão, da autoria da Arealnatejo. --

===**O Senhor Presidente** informou que prestará as suas informações relativas a este período, na próxima Reunião do Executivo. -----

PONTO DOIS – INFORMAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO DOS SENHORES VEREADORES

UM: Senhor Vice-Presidente. -----

===**O Senhor Vice-Preseidente** informou o seguinte: -----

A) – Tiveram lugar várias intervenções em Cunheira, em consequência das más condições climáticas. Procedeu-se também à substituição de várias tampas de sarjetas.

B) – Em Chança, procedeu-se à intervenção em vários rombos. As canalizações são muito antigas, e esta é uma situação recorrente. -----

C) – Foi colocada uma passadeira em frente da casa de um munícipe invisual, a pedido deste. -----

D) – Na Freguesia de Seda, estão a decorrer trabalhos de reparação da ponte em Vale de Barqueiros, na qual já não existe betuminoso por consequência das fortes chuvas. Após esta intervenção, é sua opinião de que a ponte deverá ser analisada em termos de estrutura, uma vez que são visíveis algumas fissuras. -----

E) – Em Alter do Chão, foram concluídos os trabalhos de iluminação da piscina descoberta. -----

F) – Continua a ser levada a efeito a limpeza das ruas, em consequência das intempéries. A protecção civil tem funcionado em pleno. -----

G) – Já foi retirada a cabine telefónica do passeio no Largo Barreto Caldeira, tendo sido colocada junto à Igreja Matriz. Procedeu-se também à limpeza das árvores naquele Largo. -----

H) – O PT do Monte do Estoril que encontrava-se em curto circuito, pelo que foi necessário proceder à sua reparação, com a colaboração da EDP. -----

I) – No que se refere ao cruzamento para Alter Pedroso, o mesmo encontra-se muito enlameado por não haver escoamento suficiente de águas pluviais. -----

DOIS: Senhor Vereador Francisco Rolo. -----

===**O Senhor Vereador** questionou o seguinte: -----

A) – Relativamente à carreira de autocarros municipais, em que situação se encontra? Os comerciantes das freguesias rurais, manifestaram alguma indignação com esta decisão. O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que essa carreira é feita apenas nas feiras e mercados mensais. -----

TRÊS: Senhor Vereador Martinho Azinheira. -----

===**O Senhor Vereador** informou que: -----

A) – No dia 25 de Fevereiro se realizou uma prova inter-escolas de corta mato, que decorreu na Coudelaria. -----

B) – No mesmo dia esteve presente na Assembleia da República, juntamente com os Senhores Presidente da Câmara Municipal do Crato, e Vice-Presidentes da Câmara Municipal de Avis e Fronteira, a fim de sensibilizar os Grupos Parlamentares para a necessidade de tornar o projecto de construção da Barragem do Pisão, uma realidade.----

C) – Esteve presente na cerimónia de abertura dos Jogos do Norte Alentejano, em Portalegre. -----

D) – No 02 de Março participou numa reunião do Turismo do Alentejo. Foi decidido enviar o calendário dos eventos previstos, para evitar a sobreposição dos mesmos. -----

PONTO TRÊS – PROJECTOS DE OBRAS

Deliberação Nº.049

UM: Projecto de Execução – Drenagem de Águas Pluviais na Estrada de Pedroso, junto ao Campo da Feira, em Alter do Chão. -----

===Foi presente, para apreciação e eventual aprovação, o Projecto de Execução em apreço. – Do processo consta o seguinte parecer do **Chefe da DOUSU**: “Proponho a aprovação do presente projecto. O mesmo corresponde às premissas legais exigíveis, encontra-se tecnicamente correcto e propõe-se resolver um grave problema de drenagem

de águas pluviais”. --- **Deliberado por unanimidade aprovar o presente Projecto de Execução, de acordo com o parecer prestado.**-----

Deliberação Nº.050

DOIS: Hélder de Jesus Raminhos – Pedido de Isenção de apresentação da Ficha de Segurança Contra Incêndio.-----

===Foi presente um requerimento de **Hélder de Jesus Raminhos**, solicitando a isenção em apreço, para a obra de construção de uma garagem e de um telheiro, sito na Rua das Escolas Primárias, lote 18 em Alter do Chão. --- **Deliberado por unanimidade indeferir o solicitado, de acordo com a informação prestada.**-----

Deliberação Nº.051

TRÊS: Hélder de Jesus Raminhos – Pedido de Isenção de apresentação do Projecto de Estudo de Comportamento Térmico.-----

===Foi presente um requerimento de **Hélder de Jesus Raminhos**, solicitando a isenção em apreço, para a obra de construção de uma garagem e de um telheiro, sito na Rua das Escolas Primárias, lote 18 em Alter do Chão. --- **Deliberado por unanimidade deferir o solicitado, de acordo com a informação prestada.**-----

Deliberação Nº.052

QUATRO: Hélder de Jesus Raminhos – Pedido de Isenção de apresentação do Projecto de Especialidades.-----

===Foi presente um requerimento de **Hélder de Jesus Raminhos**, solicitando a isenção em apreço, para a obra de construção de uma garagem e de um telheiro, sito na Rua das Escolas Primárias, lote 18 em Alter do Chão. --- **Deliberado por unanimidade deferir o solicitado, de acordo com a informação prestada.**-----

Deliberação Nº.053

CINCO: Hélder de Jesus Raminhos – Pedido de Isenção de apresentação do Projecto de Estudo de Condicionante Acústica.-----

===Foi presente um requerimento de **Hélder de Jesus Raminhos**, solicitando a isenção em apreço, para a obra de construção de uma garagem e de um telheiro, sito na Rua das Escolas Primárias, lote 18 em Alter do Chão. --- **Deliberado por unanimidade deferir o solicitado, de acordo com a informação prestada.**-----

Deliberação Nº.054

SEIS: Tapada da Eira – Requalificação do Largo da Cunheira.-----

===Foi presente, para apreciação e eventual aprovação, o Projecto de Arquitectura em apreço. – Do processo consta o seguinte parecer do **Chefe da DOUSU**: “A informação da Técnica Superior merece a minha concordância. Proponho a aprovação do presente projecto de arquitectura para a requalificação do Largo da Cunheira, com a estimativa orçamental indicada. Caso mereça a aprovação serão diligenciados os procedimentos para as especialidades”. --- **Deliberado por unanimidade aprovar o presente Projecto de Arquitectura, de acordo com o parecer emitido.**-----

Deliberação Nº.055

SETE: Maria da Conceição Sousa Esperança Correia Palmeiro – Pedido de Isenção de apresentação do Projecto de Gás.-----

===Foi presente um requerimento datado de 30 de Outubro de 2009, de **Maria da**

Conceição Sousa Esperança Correia Palmeiro, solicitando a isenção de apresentação do projecto de gás, para a obra de construção de uma habitação unifamiliar, em Chanca. – Do processo consta o seguinte parecer do **Chefe da DOUSU**: “Conforme apreciação técnica aqui produzida, a situação alegada pelo requerente encontra na Lei fundamento para a dispensa de apresentação do projecto de gás. Proponho o deferimento do pedido”. --- **Deliberado por unanimidade deferir o solicitado, de acordo com o parecer prestado.** -----

Deliberação Nº.056

OITO: Projecto de Arquitectura – Alteração de Utilização do Edifício da antiga Escola Primária de Seda – Instalação da Junta de Freguesia.-----

===Foi presente, para apreciação e eventual aprovação, o Projecto de Arquitectura em apreço. – Do processo consta o seguinte parecer do **Chefe da DOUSU**: “Serve o presente para propor a aprovação do presente Projecto de Arquitectura. Caso o mesmo receba aprovação deverão iniciar-se os projectos de especialidades, para que seja possível estabelecer todos os elementos que possibilitem a intervenção proposta”. --- **Deliberado por unanimidade aprovar o presente Projecto de Arquitectura, de acordo com o parecer prestado.** -----

Deliberação Nº.057

NOVO: Marc Joseph y Bertrand – Projecto de Arquitectura – Construção de Pavilhão Agrícola.-----

===Foi presente um requerimento datado de 19 de Janeiro de 2010, de **Marc Joseph y Bertrand**, enviando para apreciação e eventual aprovação, o Projecto de Arquitectura em apreço. – Do processo consta o seguinte parecer do **Chefe da DOUSU**: “O presente processo encontra-se em condições de ser aprovado, dado que cumpre o legalmente exigido. Todas as insuficiências constantes na instrução do processo, foram sanadas. Os pedidos de isenção descritos na apreciação técnica, foram deferidos na totalidade”. --- **Deliberado por unanimidade aprovar o presente Projecto de Arquitectura, de acordo com o parecer emitido.** -----

PONTO QUATRO - PROPOSTAS DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Deliberação Nº.058

UM: Implementação da Taxa de Recursos Hídricos.-----

===Sobre o assunto em apreço, foi presente a seguinte Proposta: “Com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº.97/2008, de 11 de Junho, que estabelece o regime económico e financeiro dos Recursos Hídricos previsto na Lei nº.58/2005, de 29 de Dezembro, cujos instrumentos económicos são as Taxas de Recursos Hídricos, as quais de acordo com o referido diploma devem ser repercutidas no utilizador final. O valor a suportar corresponde ao valor cobrado pela AdNA, mais precisamente, para a TRH água deve repercutir-se o valor que é cobrado ao município de 0.0185€/m³, e para a TRH saneamento, que é cobrada ao município a 0.0166€/m³, sugere-se que seja cobrado ao município o referido valor de 85% de água consumida, aproximadamente a percentagem de água que se converte em efluente. A TRH água tem um custo médio mensal para o município de 388.71€ e a TRH saneamento de 244.07€. As TRH devem ser revistas periodicamente sempre que a AdNA actualize o seu valor junto do município. Face ao exposto **proponho** ao Executivo que se criem as Taxas de Recursos Hídricos de acordo com o proposto, de modo a que estes valores se repercutam na facturação mensal da água apresentada aos

Municípios. Na eventualidade de esta proposta merecer aprovação por parte do Órgão Executivo, deverá ser presente, nos termos da alínea a), do nº.6, do artigo 64º. à Assembleia Municipal para que este Órgão delibere nos termos das competências que lhe estão atribuídas pela alínea e), do nº.2, do artigo 53º., ambos da Lei nº.169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei nº.5-A/2002, de 11 de Janeiro”. O Senhor Vereador Francisco Reis referiu o seguinte: “Esta proposta merece algumas considerações e alguns reparos. Segundo consta na proposta, a Câmara tem actualmente de suportar a quantia mensal de € 388,71 referente à Taxa de recursos Hídricos, esta sobre a água consumida, e um custo mensal de € 244,07 relativo á taxa de Recursos Hídricos, sobre a água originada pelo saneamento, o que perfaz um encargo mensal de € 632,78, este cobrado pelas águas do Norte Alentejano. Sr. Presidente, é este valor irrisório para o município que o senhor quer agora lançar na factura mensal dos consumidores? Actualmente, o nosso munícipe paga não só a agua que consome, como a quota de disponibilidade, saneamento e outros, lixo, e agora mais esta taxa a dos Recursos Hídricos e ainda o IVA a (5%), é um exagero, não acha? O Decreto-Lei nº. 97/2008 de 11/06, que cria esta taxa, no seu preambulo refere e passo a citar: «Assim, a nova taxa de recursos hídricos não se dirige à generalidade dos pequenos utilizadores, que provocam custos administrativos e ambientais reduzidos, mas antes aos utilizadores de maior dimensão que, pela utilização mais intensiva que fazem dos recursos hídricos, provocam maior desgaste ambiental e obrigam a administração a encargos de planeamento e monitorização mais cuidados. A estrutura subjectiva da taxa de recursos hídricos fica, pois, limitada aos aproveitamentos que, pela sua dimensão e efeitos, estejam sujeitos a título de utilização, pois são estes que a Lei da Água considera susceptíveis de provocar sobre os recursos hídricos um impacte significativo. Poupa-se também, deste modo, o pequeno utilizador a um encargo que, do ponto de vista social, se poderia revelar demasiado oneroso e poupa -se a administração a um esforço de organização e controlo que se mostraria desproporcionado face aos custos e benefícios em jogo.» Sr. Presidente a esmagadora maioria dos nossos cidadãos, são pequenos consumidores, logo a Câmara deveria suportar este custo, até por uma questão social e pelo excesso de tributação a que já estão sujeitos, não o reportando ao munícipe. Poderá eventualmente afirmar que a Lei obriga a aplicação da taxa em causa, não me parece assim tão linear senão vejamos, o artigo 34.º da Lei referida estabelece e transcrevo «Cobrança de taxas pelas autarquias locais 1 — As autarquias locais mantêm o poder de cobrar taxas próprias pela utilização do domínio público hídrico da sua titularidade, devendo essas taxas adoptar a mesma base de incidência que possui a taxa de recursos hídricos disciplinada pelo presente decreto -lei.» significa isto que se a fonte da água fosse propriedade da Câmara, poderia esta aplicar esta taxa, como eventualmente poderia não aplicar, estaria ao seu critério. Parece-me que estamos perante uma situação dessas, a fonte da água não é da titularidade da Câmara, mas sim das Águas do Norte Alentejano, e por isso se paga as respectivas taxas, mas se, se entender não reportar essas taxas aos seus consumidores tem toda a legitimidade para o fazer que é o caso se assim ficar decidido. Por último, consultei dois Municípios do nosso Distrito com a dimensão muito igual á nossa, e o que me foi dito é que nesses Municípios o assunto, ainda não foi apreciado e que também ninguém fala de assunto em questão, ambas remetem para um parecer da ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses, para não avançarem com a implementação da Taxa”. --- **Deliberado por maioria, com a abstenção dos Senhores Vereadores Francisco Reis e Francisco Rolo, aprovar a presente Proposta.** -----

Deliberação Nº.059

DOIS: Mapa de Pessoal do Município de Alter do Chão. -----

===Sobre o assunto em apreço, foi presente a seguinte Proposta: “Considerando que: O Mapa de Pessoal do Município de Alter do Chão, alterado por deliberação da Assembleia Municipal tomada na sua sessão ordinária de 18 de Dezembro de 2009, consta por ocupar postos de trabalho cujas alterações têm por suportes as actividades de natureza permanente ou temporária que se pretendem prosseguir durante a sua execução, tendo sempre por horizonte as atribuições dos municípios tal como estas se encontram previstas na Lei nº.155/99, de 14 de Setembro; Os postos de trabalho a serem ocupados através da constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado dado que irão desenvolver actividades de natureza permanente, são: - Na categoria de Técnico Superior: um posto de trabalho na área de Engenharia Agronómica; um posto de trabalho na área de Gestão de Recursos Humanos; e dois postos de trabalho na área de Serviço Social; - Na categoria de Assistente Técnico: um posto de trabalho para o Gabinete de Apoio ao Órgão Executivo e Relações Públicas; - Na categoria de Assistente Operacional: três postos de trabalho na área de Auxiliar de Acção Educativa; e cinco postos de trabalho para Cantoneiros de Limpeza; - Os postos de trabalho a serem ocupados através da constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado dado que irão prosseguir actividades de natureza temporária, são: - 2 postos de trabalho de Assistente Operacional (Nadador Salvador), no período de Junho a Setembro; Pelo atrás exposto, **proponho** ao Executivo Municipal que, ao abrigo do artigo 4º. do Decreto-Lei nº.209/2009, de 03 de Setembro de 2009, que adapta às autarquias locais a Lei nº.12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e, após apreciação da presente proposta, delibere autorizar o início dos procedimentos concursais, acima mencionados”. **O Senhor Vereador Francisco Reis** apresentou a seguinte **Declaração de Voto**: “Quanto a esta proposta não me resta outra alternativa, senão a de votar contra, aliás em coerência com a posição então assumida por mim, quando da discussão e apreciação do mapa de pessoal, em reunião de Câmara, como na Assembleia Municipal pelos membros do Mica. Na impossibilidade de poder ter uma posição, separada por cada categoria, pelo facto da proposta em apreciação ser apresentada num todo, não quero deixar de mais uma vez apresentar a minha opinião e propostas. Não faz sentido absolutamente nenhum a admissão de um Engenheiro Agrónomo, mas ainda que exista essa necessidade pontualmente, deveria passar pela elaboração de um protocolo com Universidade de Évora. Não consigo vislumbrar a necessidade na admissão de um Assistente Técnico, para o gabinete de apoio ao órgão executivo e relações públicas. Não terá a Autarquia funcionários disponíveis, para acumular essa tarefa com a que eventualmente já têm? Tenho a certeza que tem. Quanto às auxiliares de Acção Educativa parece-me um decisão precipitada, porque não aguardar a definição e decisão das transferências de competências do Ministério da Educação, para a Câmara em matéria de recursos humanos. Quanto aos restantes procedimentos parecem-me bem”. --- **Deliberado por maioria aprovar a presente Proposta, com o voto contra do Senhor Vereador Francisco Reis que apresentou declaração de voto, e a abstenção do Senhor Vereador Francisco Rolo.** -----

PONTO CINCO - DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Deliberação Nº.060

UM: Mariana Antunes Branco Calado Malheiro – Transmissão de Alvará de Táxis.----

===Foi presente um requerimento datado de 02 de Fevereiro último, de **Mariana Antunes**

Branco Calado Malheiro e José Gaspar Malheiro, solicitando autorização para transmitir a Mariana Antunes Branco Calado Malheiro, a licença de aluguer nº.9/2003 e a respectiva matrícula GX-27-32. – Do processo consta a seguinte Informação do **Chefe da 1ª. Secção**: “O presente pedido encontra-se previsto no nº.1 do artigo 3º. do Decreto-Lei 251/98, de 11 de Agosto, na redacção dada pela Lei nº.106/2001, de 31 de Agosto, pelo que o mesmo poderá ser deferido e depois o mesmo ser presente à Reunião do Executivo Municipal, para ratificação”. --- **Deliberado por unanimidade deferir o solicitado de acordo com a informação prestada.**-----

Deliberação Nº.061

DOIS: Rosalina Rosa Meira Carona Lino – Ocupação de Via Pública. -----
===Foi presente um requerimento datado de 17 de Fevereiro último, de **Rosalina Rosa Meira Carona Lino**, solicitando o averbamento do processo de ocupação de via pública com toldos, para o estabelecimento sito nas lojas 1 e 2 do Mercado Municipal. – Do processo consta a seguinte Informação do **Chefe da 1ª. Secção**: O pedido encontra-se em condições de ser apreciado pela Câmara Municipal, devendo o mesmo ser deferido, uma vez que o estabelecimento em causa encontra-se em nome da requerente”. --- **Deliberado por unanimidade deferir o solicitado, de acordo com a Informação prestada.** -----

Deliberação Nº.062

TRÊS: Taxas Municipais. -----
===Foi presente a Informação nº.121, datada de 01 de Março corrente, do **Chefe da DOUSU**, enviando para apreciação e eventual aprovação, o documento final onde constam os valores das taxas municipais, após estudo e conclusão das diferentes Divisões do Município. --- **Deliberado por unanimidade aprovar a alteração à tabela de taxas em vigor, e remeter a mesma à Assembleia Municipal decorrido que seja o período de inquérito público.** -----

Deliberação Nº.063

QUATRO: Circolândia, Lda. – Licença de Instalação e Funcionamento de Recinto Itinerante – Ratificação. -----
===Foi presente, para ratificação do despacho de deferimento do Senhor Presidente da Câmara, um requerimento datado de 17 de Fevereiro último, de **Circolândia, Lda.**, para a instalação em apreço. --- **Deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara.** -----

Deliberação Nº.064

CINCO: 2ª. Alteração às GOP's e 3ª. Alteração ao Orçamento para 2010. -----
===Foram presentes, para apreciação e eventual aprovação, as alterações em apreço. --- **Deliberado por maioria, com as abstenções dos Senhores Vereadores Francisco Reis e Francisco Rolo, aprovar as presentes alterações.** -----

SEIS: Pedidos de Apoio / Subsídios.-----

Deliberação Nº.065

A) – ELCOS – Sociedade de Feridas – Pedido de Apoio para início de actividade – Fórum Internacional. -----
===Foi presente o ofício nº.72 datado de 02 de Fevereiro último, da **ELCOS**, solicitando

um apoio para o início da sua actividade, que tem como objectivo a formação e a investigação no que diz respeito a feridas cutâneas. --- **Deliberado por unanimidade indeferir o pedido, por falta de enquadramento legal.**-----

Deliberação Nº.066

B) - Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Portalegre – Colheita de Sangue.

===Foi presente o ofício nº.10 datado de 18 de Fevereiro último, da Associação em apreço, no sentido de solicitar parecer sobre a data proposta para a colheita de sangue, prevista para o próximo dia 20 de Março, assim como o apoio habitual na oferta do almoço aos dadores. --- **Deliberado por unanimidade concordar com a data referida, assim como oferecer o almoço aos dadores.** -----

Deliberação Nº.067

C) – Grupo Social de Cunheira – Pedido de Apoio Financeiro.-----

===Foi presente o ofício nº.19 datado de 17 de Fevereiro último, do Grupo em apreço, solicitando um apoio para a substituição de algumas portas existentes no edifício sede, para portas corta-fogo. O valor dessa substituição é de 3.638,40€. --- **Deliberado por unanimidade atribuir um apoio no valor de 50% do custo total.** -----

Deliberação Nº.068

D) – Movimento Democrático das Mulheres – 8º. Congresso – Pedido de Apoio.-----

===Foi presente um ofício datado de 15 de Fevereiro último do MDM, solicitando um apoio financeiro que se destina a apoiar o Congresso em apreço. --- **Deliberado por unanimidade indeferir o pedido, por falta de enquadramento legal.**-----

PONTO OITO - EXPEDIENTE

UM: Serviço de Recursos Humanos, Educação e Acção Social – Listagem de Atestados Médicos e Juntas Médicas.-----

===Foram presentes, para conhecimento, duas listagens relativas ao período de 08 a 26 de Fevereiro de 2010, referentes a atestados médicos e juntas médicas de funcionários da Câmara Municipal. --- **Tomado conhecimento.** -----

DOIS: Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos – Serviço de Finanças de Alter do Chão.-----

===Foi presente o ofício nº.1530 datado de 12 de Fevereiro último, do STI, informando que, face à adopção de um estudo realizado na DGCI, existe uma forte possibilidade de a muito curto prazo ser encerrado o Serviço de Finanças de Alter do Chão. Para além deste facto, revela o mesmo ofício, que o quadro legal daquele Serviço passará de 7 para 3 funcionários (incluindo chefias). --- **Tomado conhecimento.** -----

TRÊS: Governo Civil do Distrito de Portalegre – Peditório nº.2/2010.-----

===Foi presente a Circular nº.413 datada de 23 de Fevereiro último, do Governo Civil do Distrito de Portalegre, informando que autorizou a realização de um peditório de rua, no período de 05 a 07 do corrente mês de Março. --- **Tomado conhecimento.**-----

QUATRO: Município do Crato – Pedido de Reunião sobre o aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato – Barragem do Pisão – Orçamento de Estado para 2010.-----

===Foi presente o ofício nº.289 datado de 12 de Fevereiro último, do **Município do Crato**, enviando para conhecimento cópias dos ofícios enviados a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, sobre o assunto em apreço. --- **Tomado conhecimento.**-----

CINCO: Alter Viva – Contrato de Cessão de Exploração do Centro Comunitário de Alter Pedroso – Desistência.-----

===Foi presente um ofício da **Alter Viva**, dando conta da sua desistência em relação ao Contrato em apreço, uma vez que em sede do Instituto do Emprego e Formação Profissional, não foram elegíveis investimentos imprescindíveis para a concretização das actividades a que se propunham. Investimentos esses que teriam de ser suportados pela empresa através de capital próprio, o que de momento se torna inviável. --- **Tomado conhecimento.**-----

SEIS: Gabinete de Desenvolvimento Local – Reunião do Equustur.-----

===Foi presente uma Informação datada de 12 de Fevereiro último, do **GDL**, informando que se irá realizar no período de 09 a 12 de Março, uma reunião de trabalho no âmbito do Equustur. Este projecto tem como objectivo a criação de uma rede europeia de rotas equestres. --- **Tomado conhecimento.**-----

SETE: Areanatejo – Envio de Exemplar – Matriz Energética de Alter do Chão.-----

===Foi presente o ofício nº.100 datado de 10 de Fevereiro, da **Areanatejo**, enviando para conhecimento um exemplar da Matriz Energética de Alter do Chão. --- **Tomado conhecimento.**-----

OITO: VALNOR – Exposição: Resíduos em Movimento – Uma Viagem Virtual.-----

===Foi presente um ofício datado de 19 de Fevereiro último, da **VALNOR**, informando que pretendem levar a efeito uma exposição no dia 02 de Abril, para a qual solicitam autorização e indicação de local. Este pedido mereceu o deferimento do Senhor Presidente da Câmara, que indicou o Largo Barreto Caldeira. --- **Tomado conhecimento.**

===No período destinado à intervenção do público, a Muniçipe Eugénia Ferreira manifestou não concordar com a iluminação pública existente em Alter, pelo que sugeriu a sua substituição, assim como do excesso de fios e cabos existentes nos postes de electricidade. Referiu ainda que o Bairro João de Deus necessita de um parque de estacionamento. Naquele mesmo Bairro encontra-se há anos um lote devoluto, e há pessoas interessadas que pretendem ali construir, pelo que solicita que a Câmara Municipal tome as devidas providências neste sentido. -----

===E nada mais havendo a tratar foi, pelo **Senhor Presidente**, encerrada a Reunião eram vinte e três horas.-----

O PRESIDENTE

OS VEREADORES
